

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR - UNIREDENTOR
CURSO: SERVIÇO SOCIAL

**Família Monoparental Feminina: O caso de mães chefes de família
de filhos com deficiência.**

POR

Juliana Oliveira de Carvalho
Rebeca Freitas Spittle

Itaperuna
2021

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR - UNIREDENTOR
CURSO: SERVIÇO SOCIAL

**Família Monoparental Feminina: O caso de mães chefes de família
de filhos com deficiência.**

POR

Juliana Oliveira de Carvalho
Rebeca Freitas Spittle

Monografia apresentada à
UniRedentor como parte dos
requisitos para a obtenção do
título de bacharel em Serviço
Social.

Orientador(a): Ricardo William Guimarães Machado

Itaperuna

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Acadêmico/a: Juliana Oliveira de Carvalho e Rebeca Freitas Spittle

Título: família monoparental feminina: o caso de mães chefes de família de filhos com deferência.

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Objetivo: Bacharel em Serviço Social

Instituição: UniRedentor

Área de concentração: Serviço Social

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Ricardo William Guimarães Machado
Orientador
UniRedentor

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus; sem ele eu não conseguiria chegar até aqui! Dedico também aos meus pais, Gelson e Conceição por tudo. Dedico a minha Irmã Jaqueline por todo apoio! Dedico também ao meu marido Paulo Diego e ao meu filho Davi, que estiveram ao meu lado em todo esse percurso me apoiando e me dando todo o suporte emocional necessário!

Juliana Oliveira de Carvalho.

Dedico este trabalho à Papai. Além disso, dedico aos meus amados professores que me apoiaram até o fim. Ademais, à minha mãe e noivo dedico não só esta obra como a minha vida para honra-los e lutar para que esse mundo seja um lugar melhor para eles e minha futura família. Ao meu pai dedico, que com seus grandes projetos me motivou a dar o meu melhor e batalhar para conquistar o que almejo.

Rebeca Freitas Spittle

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos os professores que fizeram parte desta conquista; agradeço a mestra Thiara Mourão por toda dedicação e carinho. Agradeço imensamente ao docente e orientando Ricardo Willian Guimarães por todo empenho e paciência, obrigada por tudo! Agradeço a minha colega Rebeca Freitas por seguir comigo nessa caminhada!

Juliana Oliveira de carvalho

Agradeço à Papai, porque é por Ele eu vivo. Agradeço à mainha, que nunca desistiu de mim e batalhou muito para que eu chegasse até aqui. Aos meus amados professores agradeço todo conhecimento e suor para me sustentar até aqui. Aos professores, e especialmente à Thiara Mourão minha eterna dívida de excelente profissional em todos os aspectos, obrigada por compreender o TDAH com o qual convivo e me inspirar a ser melhor. Espero superar as suas expectativas e honrar o trabalho de vocês sendo a melhor profissional que posso ser.

Rebeca Freitas Spittle

Antes que os cantos dos pássaros emudeçam e que o último dos mortais suspire o seu último suspiro, deixemos que a espada do amor de Deus penetre as novas vísceras da consciência, já tão combalidas pelo descrédito existente entre os mortais e acenda uma luz nessa imensa escuridão, trevas a que o homem se apegou e clareie as nossas mentes, como um 'laser' extirpando todo e qualquer vestígio de humanidade que ainda possa sobrar dentro de nós, trocando o que corruptível pelo incorruptível.

Joel José de Freitas

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender os desafios e dilemas que a família monoparental feminina de mães com filhos com deficiência enfrenta para acessar as políticas sociais. Visto que cada vez mais a família monoparental feminina tem se tornado presente em nossa sociedade, esse fato acontece por motivo das grandes metamorfoses em que a família nuclear vem atravessando. Desta forma se procura nesse estudo, compreender os desafios e dilemas que as famílias monoparentais de mães com filhos com deficiência enfrentam para acessar as políticas sociais na contemporaneidade. A metodologia utilizada foi bibliográfica, com busca de artigos em sites como Scielo, Google acadêmico, entre outros, para tentar sanar algumas inquietações sobre esse tema, deixando claro que ainda não foi possível o esgotamento de informações sobre esse assunto. Procuramos compreender de fato o que dificulta ao acesso dessas mães aos benefícios, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada), e ao acesso as políticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: monoparentalidade feminina; pessoa com deficiência; mulher chefe de família; políticas públicas.

ABSTRACT

ABSTRACT: This study aims to understand the challenges and dilemmas that the female single-parent family of mothers with children with disabilities faces to access social policies. The female single-parent family has become increasingly present in our society. This fact happens due to the great metamorphoses in which the nuclear family has been going through. In this way, this study seeks to understand the challenges and dilemmas that single-parent families of mothers with children with disabilities face in accessing contemporary social policies. The methodology used was bibliographic, with search for articles on sites such as Scielo, Google academic, among others, to try to resolve some concerns about this topic, making it clear that it has not yet been possible to exhaust information on this subject. We try to understand in fact what makes it difficult for these mothers to access benefits, such as the BPC (Continuous Benefit Benefit), and to access social policies.

KEYWORDS: female single parenting; disabled person; female head of household; public policy.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1	INTRODUÇÃO	9
1.	Objetivos	9
1.	Metodologia	9
1.	Justificativa	9
1.	Problemática	1
1.	Estrutura do Trabalho	0
2	REFERENCIAL TEÓRICO	1
2.		1
1		1
2.		1
2		6
2.		2
3		0
3		2
3.	Metodologia executada	2
1		6
3.	Resultados	2
2		8
3.	Discussão	3
3		3

4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	3
		8
		4
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	0

1INTRODUÇÃO

A família contemporânea tem sofrido várias transformações em suas configurações com o surgimento de diversos arranjos familiares, dentro desses arranjos está à família monoparental, a qual pode ser composta somente pelo pai ou pela mãe da criança. Aqui enfatizamos a monoparentalidade feminina, formada por mãe e filho, onde a figura feminina torna-se a responsável pela criação e organização do lar. Como resultado, a família monoparental feminina vem enfraquecendo cada vez mais o modelo patriarcal, no qual o homem adulto é o responsável pelo provimento do seu núcleo familiar e à mulher, cabe o dever de cuidar da casa e dos filhos.

A monoparentalidade feminina está amplamente associada à inserção da mulher no mercado de trabalho, tendo o movimento feminista, grande participação nesse processo. Com esses novos arranjos familiares, a mulher passa a assumir o papel de homem do lar, sendo a pessoa responsável pela unidade domiciliar. Nessa conjuntura, acontece que as mulheres optam por não constituírem família, pela diminuição de casamentos e, então, há uma inclinação na produtividade. As mães, chefes de famílias monoparentais, além de enfrentarem todas as dificuldades e preconceitos que uma mãe solo precisa enfrentar necessita também compreender quando se tem um filho com deficiência.

Pode-se atribuir esse fenômeno a uma característica sociocultural, que faz com que elas internalizem a função de cuidadora da família, pelo fato de se dedicarem mais intensamente aos cuidados de seus filhos, permanecem mais tempo em contato com as limitações destes e são testemunhas das dificuldades de superação, passando a se entristecerem com os desafios, por vezes insolúveis, apresentados pela deficiência. Logo, a mãe chefe de família sofre por ser a responsável do lar e por ter um filho com deficiência.

1.1 Objetivos

Nessa direção, buscamos compreender os desafios e dilemas que as famílias monoparentais de mães com filhos com deficiência enfrentam para acessar as políticas sociais na contemporaneidade.

1.2 Metodologia

A pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia que se tornou pública em relação ao tema escolhido, como revistas, livros, monografias, jornais, entre outros. Assim o material bibliográfico oferece meios não somente para definir e resolver problemas já conhecidos, mas também explorar novas áreas. Desta forma, a pesquisa bibliográfica não é mera reprodução do que já foi dito ou documento, sobre certo assunto, contudo permite que se examine sobre um novo olhar e abordagem, chegando a novas conclusões.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica abarca toda bibliografia que se fez notória em analogia ao ponto selecionado, como revistas, livros, monografias, jornais, entre outros. Assim o material bibliográfico proporciona elemento não unicamente para deliberar e decidir enigmas já experimentados, mas até expor novos campos. Desta forma buscaremos por meio deste método responder todos esses questionamentos, compreendendo que não somente o método bibliográfico será suficiente para responder a todas as nossas inquietações.

1.3 Justificativa

Com os novos arranjos familiares as mulheres têm se tornados protagonistas principais nas novas configurações familiares contemporâneas. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo demográfico 2010. Observou-se que famílias com mulheres responsáveis sem cônjuge com filho(s) foram de 87,4%. Reafirmando, desta forma, que a monoparentalidade feminina resulta de um aumento no cenário brasileiro. Visto isso quando falamos de famílias monoparentais femininas de mães com filhos com deficiência esse quadro só se agrava.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) 2019, pelo menos 45 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência. Isso representa quase 25% da população. Com o aumento da monoparentalidade feminina de mães de filhos com deficiência, essas mães têm enfrentado vários desafios para criar e educar seus filhos encontrando também dificuldades para acessar as políticas sociais nas suas cidades.

Mesmo estando respaldada pela Constituição Federal de 1988, que tem em seu princípio garantias legal de proteção dos direitos e da cidadania e contando com

o auxílio do Benefício de Prestação Continuada, (BPC) as pessoas com deficiência experimentam muita dificuldade para receber tais benefícios.

1.4 Problemática

De maneira metodológica, foi escolhido o método bibliográfico para responder algumas inquietações pertinentes ao estudo, a saber, o que são famílias monoparentais? Como mulheres, que são chefes de famílias com filhos com deficiência, são assistidas na sociedade brasileira? Como se dá a experiência vivenciada dessas mulheres? E quais são as suas maiores demandas no que tange ao acesso à, principalmente, o Benefício de Prestação Continuada (BPC)?

1.5 Estrutura do Trabalho

Dessa maneira, este trabalho está dividido em três seções, além desta introdução: Uma reflexão histórica inicial; uma análise crítica e sociológica sobre o papel da mulher chefe de família monoparental; e, os indicadores reais da realidade das famílias monoparentais femininas que possuem crianças com deficiência. Encerramos o trabalho, indicando alguns resultados preliminares da pesquisa.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1. Um debate histórico sobre a família monoparental feminina no Brasil.

Quando se fala em família logo se pensa em família nuclear formada por pai, mãe e filhos, no entanto as relações em família não se assentam só no exemplo convencional, nuclear, composto por pai, mãe e filhos. Na atualidade outros modelos familiares passam a serem respeitados constitucionalmente, como a monoparentalidade, conforme Babiuk (2014).

Para Oliveira (2009) a família, no contexto social, foi construindo muitas formas de organizações, que se amplificaram e decorreram a ter reconhecimento societário. Assim, pode-se afirmar que a família passou por profundas transformações, “no que diz respeito a sua composição e as relações estabelecidas entre seus componentes, quanto às normas de sociabilidade externas existentes, fato este que tende a demonstrar seu caráter dinâmico”. (OLIVEIRA, 2009, p. 23).

A partir das grandes modificações em que as sociedades atravessaram principalmente, com a dominância do domínio comercial capitalista, a família passou também por mudanças, fazendo parte da história socialmente construída, presenciando todos os contratempos do sistema capitalista.

Com a divisão sociotécnica do trabalho, fruto da revolução industrial, transformações profundas ocorreram nos alicerces da composição familiar, deste modo, as relações sociais sofreram intervenção. Como a família está dentro da história social, os seus vínculos internos também sofrem influências ocasionadas pelas metamorfoses sucedidas. Uma dessas metamorfoses foi o trabalho da mulher, transformando o corriqueiro da vida em família.

As novas estruturas do mercado de trabalho influenciaram na taxa de atividade feminina da população economicamente ativa, pois esta dobrou do período de 1920-1960 até 2000, passando de uma média de 20% para 40%, no referido período. O crescimento da taxa de atividade feminina foi resultante, portanto, de vários fatores, como o aumento da escolaridade, a queda da fecundidade, aumento do número de domicílios chefiados por mulheres, além de mudanças de interpretação do papel social feminino (GARRUCHO, CABRERA, CALDARELLI, 2021, p. 144).

No Brasil a partir da década de 1960, com o crescimento do pauperismo que abalou os alicerces da família nuclear, necessitou-se contar com o trabalho da mulher, que passou a ser uma indigência, o que também gerou independência financeira e determinada posição profissional no mercado de trabalho para as mulheres. “As mudanças em sociedade são caracterizadas pela manifestação de novos modos de relacionamento familiar, interpessoal, afetivo e sexual e cultural”. (OLIVEIRA, 2009, p.27).Conseqüentemente a mulher passa a conquistar o mercado de trabalho e sua independência financeira, entretanto esta passa também a acumular tarefas já que além dos afazeres domésticos precisavam trabalhar fora para ajudar nas despesas da casa, acentuando assim, o acúmulo da jornada de trabalho feminino (OLIVEIRA 2009).

Na década de 1970, o avanço dos movimentos feministas também fortaleceu a independência da mulher (OLIVEIRA, 2009). Outro fator importante segundo Pombo (2019), já na década de 1980, foi á independência da mulher no que se refere à reprodução assistida e também a inserção da pílula anticoncepcional. Culminando, assim, para a liberdade sexual e procriação da mulher na sociedade. Mesmo que o termo monoparental ainda não fosse comum nesse período histórico, de fato, a monoparentalidade já ocorria.

Segundo Babiuk (2014), o termo família monoparental foi utilizado pela primeira vez na França em meados dos anos 1970 por sociólogos e feministas e tem tido grande valor em vários estudos, principalmente no mundo do estudo de gênero pelas ciências sociais e pela mobilidade feminista. A monoparentalidade está inserida em novas configurações e contém em seu cerne elementos constitutivos de um fenômeno social complexo que vem se transformando de acordo com o momento e situação histórica ao longo dos anos.

Nessa lógica, Oliveira (2009) complementa dizendo que é de acordo com o contexto social, em cada época histórica e em cada sociedade, que a vida familiar passa por modificações, fortalecendo o hábito de como ela foi estruturada conforme as determinações da cultura.

Antes da Constituição Federal de 1988, a família poderia ser conceituada como uma organização matrimonial composta por pai, mãe e filhos. Todavia, com a promulgação da Carta Magna, houve significativa mudança no aparato legal atinente a este tema, tornando seu significado mais amplo, uma vez que reconheceu a diversidade de composições familiares (BABIUK, 2014, p.174).

Conforme Braga (2009) a família monoparental não necessariamente precisa ser composta por parentesco biológico, na atualidade a família monoparental pode ser chefiada por uma pessoa que não precisa ser o genitor ou parente, o que caracteriza uma família monoparental é que não haja relação sexual entre ambos (filhos e mãe), e que sobrevenha diferença de idade entre os envolvidos.

Com o reconhecimento da existência de famílias unilineares, buscou-se garantir proteção social do Estado, por meio da consolidação de alguns direitos, os quais objetivam auxiliá-las na sua construção e no seu desenvolvimento saudável. (BABIUK, 2014, p.175).

O censo (IBGE 2012) apontou, para uma diversidade de novas formas e arranjos atribuídos aos novos tipos de união. Não existe somente um motivo específico, isolado, que indique para o surgimento da monoparentalidade, na verdade autores como Babiuk (2014), Costa e Marra (2013) e Machado (2008) estabelecem que existam vários fatores que contribuíram para que ocorressem a monoparentalidade, dentro desses fatores está a viuvez, separação, divórcio, abandono por parte do homem, novos tipos de união (entre os sexos), aumento de mães solteiras e a novos padrões de sociabilidade e relações de gênero, ou aquelas mulheres que vivem com parentes ou outros agregados.

Para Braga (2009) nesta realidade, foi possível compreender que com o reconhecimento de novos arranjos familiares, a família monoparental feminina ganha novos contornos na Constituição Federal de 1988 no cenário brasileiro.

A Constituição Federal de 1988 acendeu o conceito de família abarcando a proteção legal a outras entidades não constituídas pelo casamento. Além disso, não se pode negar que o reconhecimento da família monoparental como entidade familiar na CF de 1988 em seu art. 226, quando consagrou o pluralismo das entidades familiares, foi de fato um grande avanço.

Mas Braga (2009) ressalta que essa proteção se encontra apenas no campo constitucional bem reputado apenas em caráter geral, não havendo legislação infraconstitucional que acometa o tema.

As famílias monoparentais como já foram mostradas acima sempre existiram, mas não havia uma proteção jurídica para esse tipo de arranjo familiar, principalmente quando a maioria das famílias monoparentais é feminina sendo vistas

com preconceito, compreendidas como resultado de um fracasso pessoal especificamente da mulher, a qual é considerada a vítima da situação.

Ainda para Braga (2009) as famílias monoparentais fazem crítica sobre o tratamento legislativo que as registra na disciplina do Direito da Família como entidade familiar de arcabouço jurídico próprio. Ocorreu muito debate sobre a necessidade de se elaborar uma legislação específica para este tema na doutrina de jurisprudência à época em que foi listado na Constituição Federal outros modelos de formação familiar não matrimonial.

Se pensarmos que já é uma luta diária para uma mulher chefe de família arcar com todas as responsabilidades familiares, quando se pensa que esse arranjo familiar pode ser composto por um filho com deficiência o quadro só se acentua.

Conforme Santos (2008) a deficiência antes da década de 1970 no Brasil era vista somente como uma responsabilidade individual e obrigatoriedade familiar. A partir do reconhecimento e politização das organizações sociais de pessoas com deficiência e juntamente com o reclamar por anteparo social dos direitos de cidadania desta população resultou-se a formação política e jurídica, introduzindo o assunto na área da integridade social.

Com o passar dos anos as pressões políticas e movimentos sociais aproximaram as ciências sociais com a realidade da pessoa com deficiência, para Santos (2008) o corpo deficiente começa a ser entendido como uma expressão da diversidade. A deficiência passa a ser aceita como uma expressão da diversidade humana, passando a ser também de ajustes sociais, estruturais e políticos, assim tratando o tema de forma mais igualitária. Para Santos (2008) com o reconhecimento do estudo da deficiência como uma expressão da contradição, é assumido um comprometimento justo de assegurar a igualdade e liberdade na sociedade com o reconhecimento das diferenças.

Diante da aproximação das ciências sociais com o campo da deficiência acomodou-se um debate sobre como até então as ciências biomédicas entendiam a deficiência e o que oferecia de recursos explicativos sobre a mesma. A urgência das políticas sociais para a população com deficiência parecia cada vez mais inadiável, tendo as políticas sociais como objetivo a garantia da cidadania, da proteção social e da inclusão social da população deficiente na sociedade.

Santos (2008) ainda afirma que a proteção social que a pessoa com deficiência necessita é um direito que o Estado tem por obrigação fornecer para

essa população, não sendo uma mera questão paternalista ou bondosa, mas sim uma obrigação do Estado no fornecimento de justiça social.

Os estudos sobre a proteção social à pessoa com deficiência possibilitaram o reconhecimento da deficiência como uma expressão da questão social e não somente patológica, desta forma os cuidados antes que eram atribuídos somente à responsabilidade familiar e filantrópica passam a ser no campo da garantia de direitos fundamentais, amparada em princípios éticos e como uma questão pública. Em razão disto, o autor relata que é de vasta importância entender a diversidade corporal e o conhecimento da deficiência como manifestação da diversidade humana. É necessário também que a sociedade possa assumir compromissos que protejam tais adversidades.

Nesta realidade o Benefício de Prestação Continuada (BPC) se torna uma política pública de combate às desigualdades sendo uma das mais importantes no que diz respeito à pessoa com deficiência no cenário brasileiro conforme Santos (2008). O BPC faz parte da política de assistência social, garantido na Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993. Conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOA).

O Benefício de Prestação Continuada é uma transposição integral de renda, referente a um salário mínimo, destinado às pessoas com deficiência e idosas com 65 anos ou mais, que comprovem não possuírem meios de se sustentarem ou serem sustentados pela família. Para que se tenha direito ao benefício, a pessoa necessita comprovar que a renda mensal da família seja inferior a 1 / 4 do salário mínimo, a pessoa que fizer o requerimento precisa passar por avaliação médica e social realizadas por profissionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). vale ressaltar que este benefício não pode ser concedido ao cidadão que recebe qualquer benefício previdenciário público ou privado.

Além do mais, para Santos (2008) mesmo o BPC sendo uma política social que fornece os mínimos sociais das pessoas com deficiência e que promove a autonomia, independência e cidadania das pessoas com deficiência, o BPC ainda é muito restritivo, pois as pessoas atendidas pelo benefício precisam combinar pobreza extrema com gastos constantes em tratamento de saúde e alimentação. Embora existam tais contratempos, o Benefício de Prestação Continuada é uma grande conquista para a pessoa com deficiência, já que promove a sua garantia de cidadania, outro fator importante é a proteção contra a vulnerabilidade provocada

pelas informalidades no mercado de trabalho. Sendo o BPC uma segurança social econômica, visto que as pessoas antes de receberem o benefício passam por dificuldades financeiras.

Para Santos (2008) as desigualdades que assolam as pessoas com deficiência afetam também as mães dessas pessoas, principalmente quando essa mãe precisa sair do mercado de trabalho para se dedicar exclusivamente aos seus filhos. Desta forma, essas mulheres trabalham informalmente e sem qualificação para manter o sustento do seu lar. Todavia a criação e aprovação do BPC foi uma grande conquista para a população com deficiência, pois proporciona independência, participação e inclusão social dessas pessoas.

Nessa realidade, consta na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2017) em seu artigo terceiro, dentre alguns de seus princípios estão a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; a igualdade de oportunidades; a acessibilidade; dentre outros. A partir destes princípios as medidas legislativas foram construídas em prol da garantia do direito do deficiente.

Além disso, os autores afirmam ser uma obrigatoriedade a capacitação de profissionais e trabalhadores quanto aos direitos reconhecidos pela Convenção, ademais a elaboração de legislações, políticas e medidas voltadas para a adaptação e não discriminação desse grupo na sociedade. Permanece-se em questão se essas medidas, ditas instituídas têm sido eficazes atualmente.

Portanto, ao se deparar com essa realidade, a mulher encontra desafios para afirmar e reafirmar a necessidade de políticas perduráveis no atendimento de seus filhos, não só tendo em vista a demanda do lar, a demanda financeira no cuidado de sua própria vida mais a do filho, e principalmente a luta por se manter uma pessoa amável e forte diante de situações que de tudo fazem para tirar sua humanidade.

2.2. Feminização da pobreza: a pauperização da família monoparental feminina.

Conforme Szul e Silva (2017) o termo feminização da pobreza foi usado pela primeira vez com a socióloga norte-americana Diana Pearce em 1978. A intenção inicial era demonstrar que nos Estados Unidos da América (EUA), havia ocorrido um

aumento do número de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres.

A feminização da pobreza ocorre quando a mulher ou outro membro da família feminina (avó, tia, madrasta, entre outros) é a única responsável pelo sustento da família e enfrenta dificuldades financeiras para o seu sustento.

Babiuk (2014), afirma que o dia-a-dia dessas famílias é atravessado pelas múltiplas expressões da questão social, que está associado à divisão social e sexual do trabalho juntamente relacionado ao modo de produção capitalista a sobrevivência e o bem-estar dessas mulheres são assinalados principalmente pela dificuldade financeira.

Szul e Silva (2017) explicam que a condição da pobreza pode assumir múltiplos significados e formatos, podendo abarcar exclusivamente o viés econômico ou também de caráter sociais de acesso a bens e serviços. Segundo as autoras, duas categorias de pobreza merecem destaques são elas: a pobreza relativa e a pobreza absoluta. Por pobreza absoluta compreende-se aquela que não se tem acesso aos mínimos indispensáveis à sobrevivência física, já na pobreza relativa esse acesso é garantido, mas em patamares insuficientes, imprimindo os sujeitos a qualidades de vulnerabilidade e risco social.

Quando se considera pobreza apenas por motivos econômicos, não é suficiente para que se supere a condição de pobreza. As dimensões da mesma estão muito longe do aspecto econômico, recaindo sobre a saúde, nutrição, baixo nível educacional, más condições de moradia, exclusão social e falta de participação política. Deste modo, a pobreza toma proporções multifacetadas e assim multidimensionais. Destarte, Szul e Silva (2017) reafirmam que o debate sobre a pobreza deve transpassar os caminhos contraditórios e não se concentrar simplesmente na verificação de renda.

Para Costa e Marra (2013) a pobreza se demonstra quando não se é capaz de trazer renda suficiente para suprir necessidades básicas como: água, luz, alimentação, moradia, educação, saúde e entre outros, para que possam ofertar uma qualidade de vida íntegra. Desta forma, na família monoparental feminina a pobreza se manifesta com bastante frequência. Ainda para as autoras, a família monoparental feminina demonstra suas fragilidades perante as circunstâncias opressivas do sistema social injusto, podendo tornar essa condição de pobreza em miséria. Outro fator que influencia para que esse quadro de pobreza entre as

mulheres chefes de família monoparentais seja alto é o baixo nível educacional e a baixa qualidade profissional. Para Costa e Marra (2013) o perfil dessas mulheres podem se destacar as mulheres jovens, separadas, negras, pobres e com baixo grau de escolaridade. Na maioria das vezes, essas mulheres estão inseridas no mercado de trabalho de forma informal, com péssimas condições de trabalho.

Babiuk (2014) afirma que nessa perspectiva, uma mulher chefe de família monoparental enfrenta muitas barreiras, sobretudo quando se diz respeito ao mercado de trabalho. A mulher abastecedora do lar, quando retorna ao mercado de trabalho, aceita a primeira oferta, tendo em vista a alta discriminação de mulheres com filhos para a entrada no mercado de trabalho, restando-lhe aceitar ofertas de baixa remuneração salarial. Esse agravante acontece pelo fato de as mulheres terem seus dependentes (filhos, netos, enteados), sob sua responsabilidade, não podendo escolher um emprego e aceitando muitas das vezes subempregos.

A monoparentalidade feminina pode ser desfavorável. Isso se deve ao fato de que mulheres são as provedoras do lar e sua família é amparada exclusivamente por sua renda, que muitas vezes é precária para arcar com todas as despesas. A provedora de família unilinear atua sozinha a partir de diversas funções (mãe e pai, criar e cuidar dos filhos), acompanhando os filhos em todas as atividades que os mesmos requerem. Ademais, as atividades, laborativas e a rentabilidade econômica têm influência direta sobre as relações sociais estabelecidas. (BABIUK, 2014, p. 179)

Nesse cenário, a mulher, pobre e negra ganha mais destaque, visto que apresentar essas características no Brasil não é tarefa fácil, conforme Nunes (2021) é ser alvo de trigêmeo discriminação. Essas se manifestam por meio do sexismo, racismo e da classe social na condição subalterna. Além disso, a dimensão territorial é outro fator, já que a maioria dessas mulheres vive em periferias. Na perspectiva interseccional essas mulheres que vivem em locais periféricos promovem mudanças nas vidas dessas pessoas. Para Nunes (2021) mulheres negras e pobres trazem no corpo várias expressões de uma sociedade marcada pelo patriarcado, opressão e desigualdade.

Segundo Nunes (2021) para as mulheres a desigualdade de gênero e o poder vem, na maior parte das ocasiões, como imputações naturais. Mas, na realidade, as relações de poder são apontadas por marcadores sociais que se compõem em construções reparadoras. Assim, não unicamente papéis sociais essas mulheres

aprendem, contudo, identidades sociais (classe, etnia, raça) que vão compondo o acato, por meio de compreender as vivências que colocaram a mulher nesse espaço.

Nunes (2021) afirma que a mulher negra na sociedade brasileira sempre conservou o lugar na periferia da família patriarcal, sempre com trabalhos de empregada. Quando não estava no lugar de serviçal da família, esta mulher estava em outros espaços da sociedade reservados a condições subalternas onde essas mulheres permanecem até hoje. Assim sendo, a mulher afrodescendente vive em situação de vulnerabilidade social, habitando em periferias, nessa amarga tirania da sociedade. A autora proporciona as extensões de gênero, raça e classe de onde vem a noção de interseccionalidade.

As disputas sobre a interseccionalidade sobrevieram a datar dos conflitos e teorias dos movimentos feministas negros nos Estados Unidos e no Reino Unido nos anos de 1970 e 1980. Segundo Nunes (2021) o movimento *BlackFeminism* foi muito notável no que diz respeito a elaboração academicista e o aumento das idéias feministas. Mas foi Kimberlé Crenshaw, uma docente feminista, teórica e experiente em demandas de raça e gênero que em 1989 fez com que o termo fosse conhecido.

Conforme Nunes (2021) a interseccionalidade é uma reflexão da barreira que examina dominar as seqüelas alicerçadas e desempenhadas da relação entre duas ou mais estruturas da submissão. Nesta realidade a sua primordial ótica é como se lida com o autoritarismo, o racismo e o patriarcado, de categoria e diferentes esquematizações segregativas que geram desconformidades fundamentais, as quais alinham as distribuições compatíveis de mulheres, raças, descendência, classes e etnias.

Visto isso, a autora afirma que o estudo desse tema é muito rico, pois mesmo o racismo sendo diferente do patriarcado e da opressão de classes, o estudo sobre esses temas de alguma forma se interliga criando complexas confluências onde acabam se cruzando. Desta forma quando se busca pelo pensamento feminista negro, de alguma forma a interseccionalidade se tornou indispensável para pensar o lugar dessas mulheres na sociedade.

Segundo Babiuk (2014) a particularidade de vida e a persistência de mulheres em conjuntura unilinear são notáveis, em vultoso compartimento, pelo desajuste monetário, o desvio de acesso à saúde, a instabilidade da vida e diversificados trajetos de emprego desempenhados pela abastecedora do lar, acentuando as

discrepâncias já existentes. Essa realidade pode desencadear e acentuar a pobreza entre as mulheres, processo conhecido como a feminização da pobreza. A autora ainda esclarece que nessas condições a obrigação de sustentar economicamente a família fica a incumbência da mulher, mesmo quando a renda familiar é sobrevivida de benefícios socioassistenciais, como bolsa família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ressalta-se, ainda, que nos lares monoparentais femininos, na maioria das vezes, questões como saúde, educação e lazer ficam abaixo das obrigações sociais.

Segundo Garrucho, Cabrera e Caldarelli (2021) a composição monoparental feminina é a que suporta os maiores conflitos das desigualdades de gênero, por não possuir rendimento de um homem no domicílio e, por esse motivo, muitas das vezes favorece a situação da pobreza. Isso acontece porque as mulheres sofrem desigualdades de acesso ao mercado de trabalho, contudo os resultados adversos das mesmas são inerentes a escassez de renda e pobreza. A desigualdade de gênero se revela quando há constantes disparidades de direitos entre homens e mulheres. Garrucho, Cabrera e Caldarelli (2021) complementam dizendo que as mulheres saem em desvantagem quanto a esse assunto, refletindo tanto na remuneração quanto na jornada de trabalho delas.

Szul e Silva (2017) salientam que o termo gênero é empregado para mencionar as relações sociais que se estabelecem entre os sexos. Nesse ponto de vista, o gênero torna-se uma forma de indicar os organismos sociais, ou seja, o aperfeiçoamento absolutamente social das alegações sobre as obrigações atribuídas aos homens e as mulheres. Oferecendo, um meio de distinguir a prática sexual das obrigações atribuídas e pensando sobre as identidades subjetivas.

Visto isso, a monoparentalidade feminina tem crescido na atual sociedade, que traz como motivo as mudanças nas configurações familiares, as quais estão relacionadas às várias transformações societárias que tem afetado diretamente a família. Desta forma a mulher chefe de família, tem se tornado a principal figura e responsável pelo lar, caucionado a feminização da pobreza. (BABIUKI 2014).

Para Costa e Marra (2013) no âmbito doméstico as mulheres pobres chefes de família vivem jeitos avaliados habituais em relação ao poder de decisão. O termo chefia faz referência à importância machista, visto que, o termo chefia sempre fez referência ao homem, tanto no ambiente familiar como nos espaços públicos, onde a figura autoritária e as responsabilidades se fazem presente.

Macedo (2008) reafirma também que a chefia era atribuída à figura masculina, cabendo às mulheres, cada vez mais, assumirem todas as responsabilidades como a 'chefe' do lar, precisando enfrentar tais dificuldades, necessitando se adaptar às normas tradicionais de códigos morais cruéis, que delegam aos homens essa competência e o caráter considerado chefe de família. A família monoparental chefiada por mulheres sofre preconceito pela falta de presença de um homem na família (marido ou pai) visto que se tornam uma família sem autoridades e respeito. Essas atitudes remetem a essas mulheres uma visão desmoralizante, enfraquecendo seu potencial para lutar contra essa penosa obrigação de ser chefe de família (COSTA; MARRA 2013).

As autoras Costa e Marra (2013) demonstram que as qualidades desprezíveis e precárias das contingências econômicas e sociais que penalizam a maioria das famílias pobres brasileiras atingem de forma hostil o desenvolvimento das crianças, adolescentes e adultos. Contudo, isso não é uma regra, pois as autoras afirmam que muitas famílias conseguem superar desenvolvendo mecanismos que garantam sua sobrevivência, cumprindo com capacidade o seu papel de cuidado e proteção para o desenvolvimento saudável da sua família. É de grande valor que as famílias monoparentais que experimentam essa realidade possam ser fortalecidas em sua estatura sadia, possibilitando, desse modo, que resistam e superem as situações, ultrapassando o determinismo social, o preconceito e os estereótipos macro sistêmicos.

Conforme Costa e Marra (2013) as mulheres vivenciam muitas das vezes um sentimento de culpa em relação aos cuidados dos filhos uma vez que não conseguem conciliar o cuidado dos filhos com a vida econômica, sobretudo por consequência das más condições de trabalho, péssima remuneração e extensivas horas de trabalho. Comumente à sobrecarga de responsabilidades, se manifestam em um acúmulo de papéis como: provedora do lar, afazeres domésticos e criação dos filhos. Tais fatores motivam um sentimento de incômodo em estar sempre em dívida com os filhos.

Estas autoras afirmam que quando as mesmas saem para trabalhar, ficam afastadas do seu âmbito familiar e de seus filhos, retornando apenas à noite. Essas mães, por causa da realidade vivida, priorizam sair de casa para trabalhar, assim ampliando cada vez mais o problema da mulher em ser provedora do lar, do

sustento familiar, de obter um conhecimento efetivo de seus filhos e do ambiente familiar, sendo o trabalho um mal necessário para sustentar a unidade familiar.

Visto isto, Costa e Marra (2013) fazem uma crítica quanto ao papel do Estado brasileiro na vida dessas mães, pois as mulheres precisam trabalhar mais de quinze horas diárias, tanto no trabalho formal como no informal. Oriundos disso essas mães não conseguem ter tempo para se dedicarem aos seus filhos e participarem da vida cotidiana. Esse agravante estabelece grupos de exclusão social. Deparam-se também excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, saúde, habitação e alimentação). É necessário que cada vez mais políticas públicas sejam criadas para a erradicação da pobreza visto que ainda a pobreza é justificada no contexto de cultura tutelar.

O pensamento tutelar está enraizado no fazer público. Está presente nas políticas, programas e serviços de assistência social, educação, saúde, combate à pobreza. É muito recente na política pública a substituição, por exemplo, das cestas alimentares – exemplo máximo da tutela – por transferências monetárias. São ainda corriqueiras falas presentes no senso comum que revelam o ranço tutelar e, com ele, o descrédito nas capacidades de escolha dos pobres: ‘O pobre não pode receber dinheiro porque irá gastar em pinga...’ ou ‘Não teremos garantia (transferências monetárias) de que saberá bem escolher os alimentos de que necessita’. Mas a tutela não está presente apenas nas doações em espécie. Ela está, sobretudo, no acesso aos serviços e na oferta de oportunidades. [...] O pensamento tutelar é aquele que subestima as capacidades dos desiguais, capacidades essas referidas a pensar, transitar com autonomia, exercer liberdades. A tutela é filha diletta do assistencialismo, do apadrinhamento, do clientelismo. (CARVALHO, 2008, p. 487)

Ainda para Costa e Marra (2013) acredita-se que a família seja atendida concretamente na agenda política dos governos para que possa fornecer autonomia e que seus direitos sejam respeitados. É de grande relevância que as políticas públicas decorram em base à família pobre não somente em relação à renda, contudo também ao acesso a bens e serviços sociais.

2.3. A FAMÍLIA MONOPARENTAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Tratar da família monoparental é descrever uma realidade existente desde eras passadas, no entanto o termo família monoparental e seu estudo passaram a

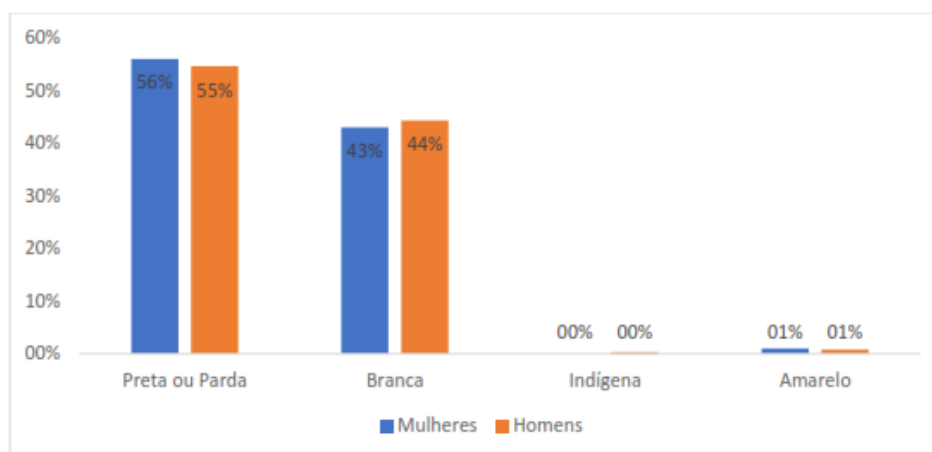
ser mais presentes a partir dos anos 60, com a entrada da mulher no mercado de trabalho e o aumento do índice de divórcios. (BHERING, FONTES, 2017)

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, inciso 4, a família monoparental é reconhecida por entidade familiar posto que: “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. (BRASIL, 1988, Art. 226)

Tomar-se-á neste estudo o enfoque na família monoparental chefiada por mulheres. Homens também têm tomado seu lugar como chefes de família monoparentais na contemporaneidade. Apesar disso, ainda que estes estejam tomando responsabilidade integral dos filhos, na maior parte dos casos, os filhos ficam sob a tutela da mãe. (BHERING, FONTES, 2017).

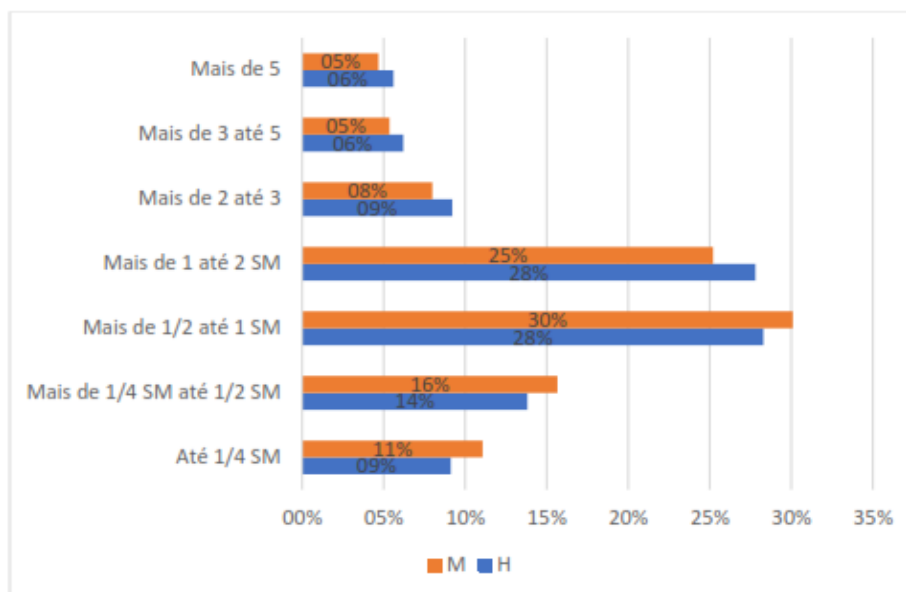
A partir de Viecei e Ávila (2018), em 2018 44,3% das famílias eram chefiadas por mulheres, ou seja, o sustento da família estava na responsabilidade da mulher. Dentre estas, 56% são mulheres pretas e pardas, e 43% são brancas, como mostra a figura 1. Destas famílias, 90,3% são monoparentais chefiadas por mulheres.

Figura 1: Cor das Mulheres Chefes de Família



Fonte: (VIECELI; ÁVILA, 2018)

Além disso, 56,8% destes domicílios vivem com cerca de um salário mínimo, nas faixas de renda mais baixas – até 1/4 SM foi de 11,1%, comparando com 9,1% dos homens. Na faixa entre 1/4 SM até 1/2 SM per capita dos domicílios por elas chefiados corresponderam a 15,6%, no caso da chefia deles a participação é de 13,8%, como ilustrado na figura 2.

Figura 2: Renda Salarial das Famílias chefiadas por Mulheres

Fonte: (VIECELI; ÁVILA, 2018)

Segundo estudo realizado por Pinto *et al* (2011) na região de Santos, apenas uma dentre as 9 mulheres entrevistadas estava cursando o ensino superior, através de auxílios do governo, uma havia concluído o ensino fundamental, quatro destas foram até a 4ª série do fundamental, e as outras não terminaram o ensino fundamental. Essa realidade, a qual perpassa por milhares de cidadãos no contexto brasileiro, apresenta maior impacto na população feminina, pois além da qualidade baixa de educação no país, as mulheres, em sua maioria preta ou parda, enfrentam o julgamento, racismo e menosprezo por parte da população quando se trata do tema independência e empoderamento da mulher. Segundo dados do IBGE (2019), a maior porcentagem de mulheres brasileiras não conta com o ensino fundamental completo.

Além disso, Araújo e Casaca (2021) atestam segundo dados do IBGE de 2019, que entre os anos de 2012 e 2019, o nível de emprego masculino foi superior ao feminino no país, atingindo 63,7% contra 44,9% em 2019. Sem contar que o Brasil se encontrou, em 2018, no 3º lugar de país como o maior número de mulheres encarceradas, com um perfil de desemprego, fragilidade, juventude, baixa escolaridade e mãe de mais de um filho. (FGV, 2018).

Adiante, no bojo familiar de uma criança com deficiência muitas são as reações apresentadas pelos pais, segundo Marques (2019) a mais recorrente é a negação da deficiência devido à expectativa e esperança sobre o desenvolvimento

da criança. Além disso, alguns dos pais podem sentir culpa, pena de si mesmos, vergonha, entre outros sentimentos.

É importante entender que quando se trata da família monoparental chefiada por mulher com uma criança deficiente, o engajamento em uma rede de apoio tem demasiado significado e importância para que essa mulher não venha a se sobrecarregar diante das adversidades trazidas pela deficiência. No entanto, Silva e Ramos (2014) relatam que muitos profissionais não estão devidamente preparados para o tratamento de crianças com deficiência.

Independente disso, segundo Barbosa *et al* (2009) a convivência com outras mães que enfrentam a mesma realidade, os apoios e as redes sociais, além de suporte de informação esclarecedoras sobre o filho(a), são benéficos para saúde e bem estar dos membros envolvidos, e principalmente da mãe, no cuidado da criança com deficiência.

Essas mulheres contam com a família para compra de cestas básicas e assistência, grande jornadas de horas de trabalho, trabalhos informais, entre outros. Segundo estudo feito por Araújo e Casaca (2021) com 10 entrevistadas, algumas contam com benefícios como Salário Família ou PBF (Programa Bolsa Famílias), benefícios os quais as entrevistadas citaram não serem suficientes para o sustento, dedicando-se somente à alimentação e os mínimos possíveis.

Assim sendo, vê-se como no Brasil a mulher enfrenta grandes desafios e barreiras para a garantia de uma vida digna no cuidado delas próprias e do filho (a) com deficiência. Portanto, necessita-se de luta e pesquisa contínua na conscientização e reivindicação dessas mulheres.

Como resultados, identificamos que a família na cena contemporânea se encontra submetida a padrões culturais e que, antes de tudo, é necessário que se desconstrua estes modelos que buscam enquadrar a noção de família, tendo em vista ser uma tarefa complexa e dinâmica.

A entrada da mulher no mercado de trabalho, a crise econômica dos anos 80, e o surgimento de novos valores de criação dos filhos muito influenciaram na constituição de família, principalmente no que consiste na quantidade de filhos. Além disso, a autora afirma como essas transformações difundiram a igualdade de gênero em se tratando da responsabilidade para com os filhos.

No entanto, Oliveira (2020) questiona essas transformações não terem surtido efeito suficiente para alteração dos padrões tradicionais de gênero, principalmente

sobre o papel feminino de cuidador, privado e o masculino de público, sustentador. Reafirma-se aqui a urgência em flexibilizar conceitos a respeito de organização familiar, posto que no Brasil a constituição familiar é contemplada por intermináveis e variáveis manifestações culturais e político-sociais que diretamente afetam na construção e consolidação de uma família.

As famílias monoparentais com filhos deficientes encontram não só os padrões socioculturais instituídos como empecilho para sua consolidação, mas o cuidado à mesma, depois de constituída, ainda se encontra muito fragilizado. Babiuk (2014) ilustra que nessas circunstâncias a obrigatoriedade de garantir sustento à família detém-se da mulher, mesmo que os provimentos venham de direitos sociais assistenciais, como bolsa família. Ademais, vê-se a mulher chefe de família se tornando a principal figura e responsável pelo lar, caucionando a feminização da pobreza.

3 FAMÍLIA MONOPARENTAL: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA.

Com as modificações que os novos arranjos familiares vêm enfrentando, a monoparentalidade feminina toma seu lugar nesta realidade, como já foi demonstrada no capítulo anterior, a família monoparental é caracterizada quando um membro da família adulto é o único responsável pelo sustento do lar. Mas conforme as várias metamorfoses em que as estruturas familiares vêm atravessando sabem que a mulher tem se tornado a principal peça dessa verificação.

Desta forma, a mulher cada vez mais vem assumindo responsabilidades e tarefas que antes eram delegadas aos homens, mostrando, assim, que as mulheres estão mais sobrecarregadas. Quando se analisa que a chefe de família monoparental tem um filho com deficiência, a realidade só se acentua.

Diante disto outro fator foi observado, A família chefiada por mulheres com filhos com deficiência apresenta dificuldade para acessar as políticas públicas referentes à pessoa com deficiência.

Neste capítulo iremos utilizar de pesquisa bibliográfica buscando artigos e revistas científicas para tentar sanar algumas inquietações pertinentes ao que diz respeito a família e a deficiência: Quais as principais dificuldades que as mães chefes de família de filhos com deficiência enfrentam? O porquê de as famílias femininas serem em maioria no que tange a monoparentalidade. Por qual motivo isso se dá?

3.1 Metodologia utilizada

A metodologia escolhida neste trabalho foi a de pesquisa bibliográfica utilizando da técnica de revisão narrativa de literatura. As autoras Vosgerau e Romanowski (2014) salientam que a revisão bibliográfica ou revisão de literatura, são equipamentos que foram recolhidos e preparados por proveniências científicas, como teses, artigos e dissertações, também de materiais como: Revistas, sites, matérias em vídeos entre outros. Neste tipo de obra é de grande importância que essa levantamento seja feita.

Segundo Vosgerau e Romanowski (2014) a revisão narrativa proporciona assentar uma ligação com antigas obras, constatando periódicas questões, apresentando novas compreensões e firmando um espaço de estudo. Conforme

esses autores a revisão narrativa possibilita diagnósticos sobre as elaborações de obras consultadas, esclarecendo novos conceitos e métodos escolhidos.

Essa pesquisa procurou se debruçar no questionamento sobre quais foram os maiores desafios das famílias monoparentais femininas com filhos com deficiências, enfrentadas para acessar as políticas sociais? Quais são os maiores dilemas dessas mães com filhos com deficiência no seu cotidiano?

Buscamos em sites como Google Acadêmico e Scielo, para desvelar objetar algumas inquietudes referentes a essas temáticas. Os sites escolhidos retratam um material bibliográfico muito rico, onde nos proporcionou abarcar um grande conteúdo de informações relevantes ao nosso tema. Ademais, nos proporcionou um grande leque de conhecimento, uma nova visão de assuntos já debatidos por outros pesquisadores, que nos dedicou compreender os nossos questionamentos.

Nossa pesquisa procurou realizar um corte nos 20 anos, devido ao surgimento dos novos arranjos familiares do século XXI. Perucchi e Beirão (2007) exemplificam que a partir dos anos 2000 no Brasil, as mulheres chefes de família representavam 18,1% dos cidadãos economicamente participativos. Reafirmando a participação das mulheres chefes de famílias, nessas novas configurações familiares.

Neste estudo esquadrinhamos a importância das palavras-chave para uma pesquisa, visto que dentro de uma monografia é fundamental que as palavras-chave indiquem para qual Norte esta pesquisa procura ir, servindo de referência para a pesquisa. É uma parte sintetizada dos temas centrais abordados no texto. Desta forma as palavras-chaves auxiliam o leitor sobre o que de fato os autores procuram debater, nesta ocasião ressaltaremos as palavras – chaves: Família monoparental feminina; arranjos familiares; chefia feminina; filhos com deficiência; direitos das pessoas com deficiência; feminização da pobreza.

Utilizamos nesta seção cinco autores que trazem à luz da discussão assuntos relevantes que abordam sobre as mulheres pobres que são chefas de família monoparental, como as famílias lidam com filhos com deficiência, como a monoparentalidade está ligada a pobreza, e como os agentes comunitários tratam sobre esse tema, como as crises do capital financeiro têm influenciado diretamente na feminização da pobreza e que políticas de assistência social estão sendo ofertadas às pessoas com deficiência no cenário brasileiro. Esses tópicos foram sintetizados no quadro abaixo.

Quadro 1 – Síntese dos resultados.

Autor	Título	Ano	Nome da Revista	Fonte
Pacheco	“Mulheres pobres e chefes de família”.	2005	Revista de psicologia	Scielo
Regen	A Instituição Família e sua Relação com a Deficiência.	2006	Revista Educação Especial.	Scielo
Yunes et al	Monoparentalidade, Pobreza e Resiliência: Entre as Crenças dos Profissionais e as Possibilidades da Convivência Familiar.	2007	Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	Google Acadêmico
Sousa	Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização da questão social.	2012	Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos).	Google Acadêmico
Correia et al	Caminhos de proteção social da Pessoa com Deficiência no Brasil: legislações e a política de assistência social.	2019	XIII Colóquio Internacional “Educação e contemporaneidade”	Scielo

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Artigos encontrados - Resultados da pesquisa

Nesta seção iremos apresentar os resultados encontrados nas pesquisas realizadas sobre a importância da família no contexto da deficiência, abordaremos

además como a política de assistência social no Brasil tem alcançado a pessoa com deficiência. Traremos juntamente a monoparentalidade, a pobreza e a forma de superação que os profissionais acreditam para essas famílias possibilitando a convivência familiar. Além disso, daremos continuidade sobre a monoparentalidade feminina no Brasil, também demonstrando nesta seção sobre as mulheres pobres chefes de família. Apresentaremos, ainda, como a feminização da pobreza em tempos de crise capitalista têm refletido na vida da mulher que vive em situação de vulnerabilidade social.

Regen (2006), em sua escrita, faz um apanhado sobre o desenvolvimento dos vínculos familiares no mundo e no Brasil. Esta autora afirma que este desenvolvimento se dá pelo fato das grandes mudanças que as famílias vêm atravessando.

Conforme a autora, a família é de extrema importância para a corporificação da nossa individualidade. Ressalta, ainda, como uma família contempla o nascimento de um filho com deficiência e o choque que a mesma sofre. Visto isso, nesta análise é abordado como a família passa pelo processo de negação e aceitação de uma criança com deficiência e a criação dos demais filhos que não possuem deficiência. Regen (2006) aborda o destaque do papel do profissional para um olhar mais condizente no que diz respeito às necessidades dessas famílias, disponibilizando a assistência primordial e um trabalho grupal familiar.

Correia *et al* (2019) discutem sobre o curso da proteção da pessoa com deficiência no cenário brasileiro, frisando em determinadas legislações e na Política Nacional de Assistência Social, buscando compreender como se sucedeu o reconhecimento da pessoa com deficiência como cidadão de direito.

Conforme Correia *et al* (2019), através da Constituição Federal de 1988 a pessoa com deficiência passa a ter seus direitos assegurados, e as políticas sociais são efetivadas com planejamentos e instrumentos, sendo uma delas a assistência social.

Já Yunes *et al* (2007) apresenta em seu artigo uma análise sobre como se dá a relação e a compreensão de crenças entre as famílias monoparentais carentes e os trabalhadores comunitários de saúde. Neste artigo é demonstrado quais técnicas são utilizadas para a resolução das dificuldades que são reflexos das histórias de vida destes moradores.

Como forma de superação o método usado foi a psicologia. Realizou-se o emprego da metodologia com o uso de entrevistas semi - estruturadas, história de vida, entre outros. Conforme Yunes *et al* (2007) os resultados confirmaram que as famílias em situação de vulnerabilidade social a todo momento superam as adversidades que a vida lhes propõe. Outro fator observado foi que os trabalhadores comunitários necessitam mudar as suas consciências sobre as famílias que vivem em condições de pobreza.

Pacheco (2005) expressou na sua tese de mestrado que as mulheres chefes de famílias pobres moradoras de favela no Rio de Janeiro são em maior quantidade quando comparadas aos homens. Esta autora comprovou também neste estudo como funciona a pro atividade de vida dessas mulheres.

Como resultado, Pacheco (2005) elencou que em um levantamento sobre a pobreza as mulheres que são chefas de família saem na frente se comparadas aos lares chefiados por homens. Assim, esta autora pode constatar que as mulheres possuem pouco estudo e esses lares, em sua maioria, são compostos por uma maior quantidade de crianças e idosos. Além do mais, estas mães que compõem as famílias monoparentais enfrentam também dificuldades para conseguir empregos, pois muitas delas não possuem qualidade de ensino e acabam aceitando empregos com baixa remuneração comparada a uma família onde o homem é o chefe do lar.

Em consonância, Sousa (2012), afirma como o índice de pobreza, comparando-se aos homens é maior, principalmente, em mulheres negras, ratificando a pobreza brasileira possuir sexo e cor.

Outro fator que Pacheco (2005) especificou foi que a mulher quando separa de seu cônjuge não consegue oferecer uma vida confortável para a sua família, ficando à mercê da ajuda de terceiros, como a mãe, ou contando com auxílios assistenciais. Mesmo dentro deste contexto precário, a mulher chefe de família pode experimentar a sua autonomia fortalecendo a sua autoestima, permitindo que esta mulher aumente sua habilidade de valorização própria.

Ainda assim, a mulher se encontra em uma posição desfavorável, tendo em vista que houve um retrocesso no campo dos direitos sociais, principalmente com o aumento do desemprego e precarização do trabalho, restringindo o acesso aos direitos com a carência de elos com a previdência social. (Sousa, 2012)

Para Pacheco (2005) igualmente ainda que as mulheres chefes de família enfrentem muitas dificuldades por compor uma família monoparental feminina, estas

mães, estão assumindo cada vez mais uma postura de resistência e deixando para trás a figura de vítima, assumindo o perfil de protagonista da sua vida e encarando os desafios de uma família chefiada por mulheres. Sem esquecer que há um longo caminho pela frente.

Logo, Sousa (2012) no seu trabalho elucida que a feminização da pobreza está totalmente relacionada ao encontro do desequilíbrio das crises capitalistas no mundo e a vida das mulheres em situação de pobreza. Esta autora ressalta que no Brasil as políticas eliminatórias, focalizadoras, e a privatização da política social somente acentuam a pobreza entre as mulheres, nestas lógicas muitas mulheres que vivem em vulnerabilidade social precisam contar com o benefício do Programa Bolsa Família.

Em seu estudo, Sousa (2012) afirma que dentre 18.204 famílias beneficiadas pelo PBF, 17.761 são famílias representadas por mulheres. Além disso, 66% dessas mulheres têm status civil de solteira, reafirmando a família monoparental como um dos principais alvos dos benefícios assistenciais dispostos pelo Estado.

Diante disto, adiante iremos trazer à luz o ponto de vista dos autores utilizados nesta seção, juntamente com o que foi abordado pelos autores do capítulo 2. Buscaremos elencar quais os seus pontos concordantes e antagônicos.

3.3 Discussão dos artigos encontrados com o capítulo 2 e demais autores.

Diante do estudado, entende-se que a família passou, e passa, por profundas transformações, como afirma Oliveira (2014), principalmente com a entrada da mulher no trabalho, que, em concordância a Babiuk (2014), foi um divisor de águas no que se refere a efetivação do termo monoparentalidade. Neste contexto, Regen (2006) consolidou como o subemprego e desemprego gerado pela crise inerente ao capital resultou em novas relações intrafamiliares, principalmente no tocante à mulher no mercado de trabalho somado ao seu papel como mãe.

Para Perucchi e Beirão (2007) o modelo patriarcal, onde o homem é o chefe da casa e a mulher cabe os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, está em apuros, isso ocorre desde que as lutas feministas ganharam forças no Brasil a partir dos anos de 1980, quando sobreveio a autonomia feminina, no momento que as mulheres passaram a assumir uma nova postura politizada sobre o mercado de trabalho, os seus corpos, o conhecimento, as tecnologias e o patrimônio globalizado.

Todos esses acontecimentos culminaram para que novos arranjos familiares surgissem. Ainda assim, mesmo as mulheres dominando os espaços públicos e a escolha sobre fecundidade, segundo Perucchi e Beirão (2007) as mulheres ao assumirem mais responsabilidades e afazeres principalmente domésticos, ficaram sobrecarregadas, precisando cuidar tanto da casa no que diz respeito às despesas, como nas responsabilidades domésticas, motivando o acúmulo de tarefas. Portanto, entende-se como a luta pela valorização da mulher e o incentivo a estar no lugar de protagonista é necessário atualmente.

Além disso, a família monoparental se encontra em um cenário carente de políticas públicas eficazes, principalmente ao se tratar da monoparentalidade feminina, a qual tem maior incidência, o que, segundo Nunes (2021) traz maiores barreiras se a mulher for negra e pobre. Afirma-se, assim, que a pobreza tem cor e raça, e vive em comunidades com qualidade de vida extremamente baixa. Já Yunes *et al* (2007) traz ênfase nas famílias monoparentais em um geral, afirmando que a situação problema é a pobreza e no que condiz às mulheres chefes de família a situação problema transcende a pobreza. Diante disto, devemos nos questionar como a cultura social e histórica de nossa sociedade tem influenciado nessa realidade.

Partindo-se do pressuposto da desigualdade de gênero, Szul e Silva (2017) trazem o tema gênero como um dos fatores determinantes no quesito relações sociais. Ademais, Costa e Marra (2013) trazem em debate como termos, por exemplo, de chefia, são até hoje estigmatizados por poder masculino e ainda que a mulher esteja em papel de chefe, seu poder, autoridade e capacidade são constantemente questionados. Em questionamento aos autores, gostaria de trazer à reflexão como foi, e ainda é, a criação de homens e mulheres que hoje se tornaram propagadores de um discurso e atitudes que perpetuam o machismo e a desvalorização das mulheres. Para que a sociedade seja transformada o seu cerne precisa ser impactado, seus fundamentos, e quando se pensa em fundamentos da sociedade pensa-se em família.

Para além, Pacheco (2005), validando essas afirmativas, traz um estudo sobre as famílias monoparentais, em sua maioria chefiadas por mulheres, nas favelas do Rio de Janeiro e como o fator “mulher” profundamente interfere no acesso ao emprego, principalmente pelo baixo nível de escolaridade. Com isso, reafirma-se a discussão realizada por Correia *et al* (2019) sobre a pessoa com deficiência em

cenário brasileiro, fortalecendo a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) na garantia de direito como cidadão, não só pela necessidade do cuidado para com o deficiente, mas pela esmagadora realidade das famílias monoparentais com filhos com deficiência.

Com isso, Regen (2006) ressalta que a acolhida profissional é de extrema importância para toda a família e para a pessoa com deficiência. Silva e Ramos (2014), no entanto, alegam que alguns profissionais não estão aptos para com a abordagem das crianças com deficiência. Há, portanto, urgência no desenvolvimento do conhecimento e preparação de profissionais para o melhor atendimento daqueles com necessidades especiais.

Consequente, Correia et al (2019) afirma que a partir da Constituição Federal de 1988 no Brasil, os direitos da pessoa com deficiência passam a ser respeitados. Estas autoras atestam que a política de assistência social surge como um mecanismo para a garantia do direito dessas pessoas. Nesta lógica, Santos (2008) solidifica que juntamente com a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social trouxe reconhecimentos antes atribuídos à filantropia e à caridade.

A partir destes fatos, o mesmo autor elucida que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi criado para garantir à pessoa com deficiência o direito a um salário mínimo. Todavia a pessoa que acionar o benefício precisa comprovar que vive em situação de pobreza. Para mais, este autor faz uma crítica sobre a pessoa ter que comprovar a sua pobreza. Por vezes, a renda familiar pode ser considerada suficiente por ser mais de um quarto de salário mínimo, o que consta fora da situação de pobreza, no entanto, sabe-se que a realidade de famílias que buscam o BPC teria gastos com cuidados e saúde muito maiores que um salário mínimo.

Conclui-se, portanto, que muitos desafios hão para as famílias monoparentais com filhos com deficiência no acesso às políticas sociais, como profissionais do Serviço Social, devemos então proteger e lutar pelo direito o qual o Estado tem a obrigatoriedade de fornecer, como Santos (2008) afirma, reconhecendo a contradição do capital e comprometendo-se a assegurar a igualdade e liberdade na sociedade, com todas as diferenças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto no estudo realizado, pode-se afirmar que a família está em constante construção e transformação, sendo profundamente impactada pelo Capital vigente em nossa sociedade brasileira. A mesma sofre com o mercado de trabalho volátil, refletindo diretamente nos fundamentos familiares e suas composições.

Com o desvendar da monoparentalidade feminina ao longo dos anos devido à essa volatilidade do Capital, o qual trouxe em seu cerne não só a questão social, no entanto as expressões da mesma, exigindo que se trabalhe mais, apesar da desvalorização monetária. Este fenômeno originou não só a necessidade da batalha para a garantia de direitos como também revelou as partes mais corruptas da liderança estatal.

Em vista disso, o tema monoparentalidade feminina de crianças com deficiência tomou espaço em nosso escopo acadêmico e profissional devido à necessidade de confronto e reconhecimento dessas famílias perante o Estado e à população, neste caso, brasileira. Foi-se compreendido que há diversos motivos para a ocorrência da monoparentalidade, desde a independência feminina à viuvez de um conjuge. Fato é que essas famílias, como quaisquer outras, têm o direito de reconhecimento e acesso às políticas sociais previstas para que a cidadania seja efetivada. Políticas as quais defendemos e nesse estudo apresentamos a necessidade do Benefício de Prestação Continuada para que seja alcançada a cidadania anteriormente citada, o qual no entanto apresenta muitas barreiras para acesso daqueles que dele necessitam, tornando-se ferramenta focalizadora do Capital.

À diante, estudou-se a feminização da pobreza, a pauperização da família monoparental feminina, oriunda das expressões da questão social a qual mortifica nossa sociedade. Devido a grande falha governamental em priorizar seus cidadãos e a qualidade de vida dos mesmos as mulheres encontram-se em primeiro lugar no detrato e sofrimento cinscunscritos nestas relações sociais. Nestas dimensões são inclusas principalmente as mulheres, chefes de família, pretas e de comunidade, pois, devido a baixa escolaridade e características raciais e culturais, o acesso às políticas sociais e ao trabalho torna-se praticamente inviáveis, acentuando, assim, a pauperização da família monoparental chefiada por mulheres.

Além disso, o quadro de sobrecarga exacerba-se a partir do momento que se inclui um filho com deficiência no bojo da família monoparental feminina. Como foi estudada, a recorrência de negação, frustração, culpa, e diversos outros sentimentos muito dificultam a aceitação e entendimento por parte da família e daqueles ao redor, principalmente se não houver uma rede de apoio para acolhimento dessas famílias. Reafirma-se aqui, portanto, como as redes de apoio e políticas sociais às essas famílias são de extrema importância no desenvolvimento de qualidade de vida.

Com isso, cinco autores foram utilizados para a revisão de literatura a fim de responder o objetivo deste trabalho: compreender os desafios e dilemas que as famílias monoparentais de mães com filhos com deficiência enfrentam para acessar as políticas sociais na contemporaneidade. Tais autores foram Pacheco, Regen, Yunes *at all*, Correia *et al*, e Sousa.

Através da pesquisa bibliográfica, com a utilização da revisão narrativa de literatura, utilizou o Google Acadêmico e Scielo para desvelar o material necessário para o estudo. Através desta metodologia fomos capazes de alcançar nosso objetivo trazendo à luz uns debates sobre mulheres pobres chefes de família, a tratativa das famílias e do governo, através de políticas sociais, daqueles com deficiência, como a monoparentalidade está ligada a pobreza e de que forma as crises do capital financeiro tem diretamente impactado nessa realidade aguçando a feminização da pobreza.

Através destes debates resultou-se o entendimento de que a mulher em vulnerabilidade social, principalmente a chefe de família, é impactada ultrajantemente pelas crises do Capital, enfrentando desde o mau funcionamento do Estado em garantir a cidadania aos julgamentos, críticas e depreciação pela sociedade patriarcal e machista ainda vigente no Brasil.

Consequente, conclui-se que muito a mulher, chefe de família e mãe de filho com deficiência enfrenta imprescindíveis barreiras no acesso e efetividade das políticas sociais, posto que elas são rebaixadas, questionadas quanto a veracidade de sua realidade de pobreza, desrespeitadas e exploradas. Ainda assim, o assistente social tem por dever lutar para que as políticas já existentes sejam efetivadas para essas famílias, pois como no ditado, temos a faca na mão e o queijo, mas por vezes não temos força nem motivação para continuar.

Espera-se que através desse estudo assistentes sociais posicionem-se em prol da vida dessas famílias e não desistam. Ninguém solta a mão de ninguém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. CASACA, S. **A vulnerabilidade à pobreza das mulheres responsáveis por famílias monoparentais no Brasil e o papel das políticas públicas**. Instituto Superior de Economia e Gestão – CEsA/CSG Documentos de Trabalho nº 181. 2021.

BABIUK, G. A. **Monoparentalidade feminina: necessidades sociais e políticas públicas- sociologias plurais**, 2014 revistas. UFPR. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/sciplr/article/view/64774/37701>. Acesso em 14 out 2020.

BARBOSA M. A. M.; PETTENGILL, M. A. M.; FARIAS, T. L.; LEMOS, L. C. **Cuidado da criança com deficiência: suporte social acessado pelas mães**. Rev Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS) 2009 set;30(3):406-12.

BHERING, L. FONTES, M. **Famílias monoparentais: um enfoque demográfico a partir dos dados da PNAD 2015**. I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil. 2017. Disponível em: <http://www.ppged.ufv.br/seminariofamiliapoliticassociais/?page_id=365>. Acesso em: 15/03/2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRAGA, M.B. **Famílias Monoparentais: Proteção jurídica e políticas públicas**. Monografia apresentada como bacharel de Direito do Centro Universitário de Brasília. 2009, Brasília.

CARVALHO, M. C. B. **O pensamento tutelar presente na educação dos grupos populares no Brasil**. Psicologia USP, São Paulo, outubro/dezembro, 2008, 19(4), 487-493. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/pusp/v19n4/v19n4a07.pdf>

CORREIA, Miriam. Santos Prescinca. VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida. MOTA, Renata Larissa Souza da. **CAMINHOS DE PROTEÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: LEGISLAÇÕES E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. In: XIII Colóquio Internacional “Educação e contemporaneidade” 19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil.

GARRUCHO, G.E.M; CABRERA, C. L; CALDARELLI.E.C. **Pobreza Feminina no Brasil: os domicílios pobres chefiados por mulheres**. Revista Orbis Latina. v. 11, n. 01. Jan – jun, 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censo Demográfico 2010**. Famílias e domicílios. Resultados da amostra. Rio de Janeiro, 1–203, (2012). Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08/12/2020.

MACEDO, S. M. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero:** Trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. Caderno CRH, Salvador, v.21, N.53, P.389-409, Maio /Ago. 2008.

MARQUES, L. **Reações familiares diante da criança em situação de deficiência.** Educação & Formação, Fortaleza, v. 4, n. 12, p. 67-81 set./out. 2019.

NUNES, N. R. A. **Mulher de favela:** interseccionalidade e territorialidades. Em pauta, a UERJ. Rio de Janeiro- 1º semestre de 2021-n.47,v.19,p.103-120.

OLIVEIRA, F.A. MARRA, M.M. **Famílias Brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina:** Riscos e Proteção. Revista Brasileira de psicodrama, 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v21n1/a11.pdf>. Acesso em 24 out 2020.

OLIVEIRA, NHD. **Recomeçar:** família, filhos e desafios (online). São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.236 p. ISB.

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros. "Mulheres pobres e chefes de família". Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, 2005.

PINTO, R..*et al.***Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 167-179, jan./mar. 2011.

PERUCCHI, Juliana. BEIRÃO, M. Aline. **Novos Arranjos Familiares: Paternidade, Parentalidade e Relações de Gênero sob o Olhar de Mulheres Chefes de Família.** PSIC. CLIN., RIO DE JANEIRO, VOL.19, N.2, P.57 – 69, 2007

POMBO, M. F. **Família, filiação, parentalidade:** Novos arranjos, novas questões. Psicologia USP: vol.30 São Paulo 2019. Epub Sep 09, 2019.

REGEN, Mina. **A instituição família e sua relação com a deficiência.** Revista Educação Especial, núm. 27, 2006, pp. 1-8. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Brasil.

SANTOS W. R. **Deficiência e BPC:** o que muda na vida das pessoas atendidas?2008.Brasília. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csc/v16s1/a09v16s1.pdf>. Acesso em 30 out 2020.

SANTANA, E.L.F.F. **FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA: FENÔMENO DA CONTEMPORANEIDADE?** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Laboratório de Estudos Contemporâneos. Polêmica Revista Eletrônica. v. 13, n.2, abril/Junho de 2014.

SZUL, K D; SILVA, L M. **Feminização da pobreza no Brasil.** II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017.

SILVA, C. RAMOS, L. **Reações dos familiares frente à descoberta da deficiência dos filhos.** Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 15-23, 2014.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília. 2007.

SOUSA, Roberta Mendes. **FEMINIZAÇÃO DA POBREZA EM TEMPOS DE CRISE CAPITALISTA E ASSISTENCIALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL.** Seminário internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis,2012. ISSN 2179-510X.

VIECELI, C. ÁVILA, R. **A desigualdade de gênero no perfil de consumo e de tributação.** Instituto Justiça Fiscal. Disponível em: <<https://ijf.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Tributacao-e-genero-Texto-2-A-desigualdade-de-genero-no-perfil-de-consumo-e-de-tributacao.pdf>>. Acesso em: 03/03/2021

VOSGERAU,D.S.R.ROMANOWSKI,JoanaPaulin. Estudos de Revisão: Implicações Conceituais e Metodológicas. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

YUNES,MariaAngela Mattar. GARCIA, Narjara Mendes. ALBUQUERQUE,Beatriz de Mello. **Monoparentalidade, Pobreza e Resiliência: Entre as Crenças dos Profissionais e as Possibilidades da Convivência Familiar.** Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, 2007.